

Índio tem festa discreta

A Funai preferiu comemorar sem alarde o Dia Nacional do Índio

PAMELA NUNES
Da Sucursal de Brasília

Neste ano os festejos para as comemorações do Dia Nacional do Índio diferem substancialmente das promoções dos anos passados. Nada de distribuições de medalhas a "Índio padrão" e a FUNAI pelo menos não pensa em nenhum ciclo de palestras, cursos ou ainda na promoção das famosas "visitinhas oficiais a aldeias das mais apresentáveis", a fim de induzir os convidados a concluir que os índios estão bem e portanto a problemática indigenista não existe de fato. Os motivos, embora não declarados, são sensíveis a quem circula pelo prédio do órgão indigenista nesses últimos meses: a próxima regulamentação do projeto de lei que vai promover a emancipação de grupos ou indivíduos, e como em todos os setores, a sucessão.

Quando a esse último ponto, já começam a surgir uma série de nomes apontados como prováveis sucessores do atual presidente do órgão, general Ismarth de Araújo Oliveira, que, aparentemente, não terá o prazer de fazer o seu sucessor. Este está sendo escolhido mesmo no Planalto e entre os nomes mais cotados figura o do general Coutinho, ex-delegado da Primeira Delegacia, em Manaus, que já haveria conversado a esse respeito com o general João Batista Figueiredo. Outro candidato seria o atual diretor do Departamento de Operações da Funai, Gérson Alves, que conta com o apoio da atual administração, apontando-se como único empenho à sua escolha o fato de não ser militar.

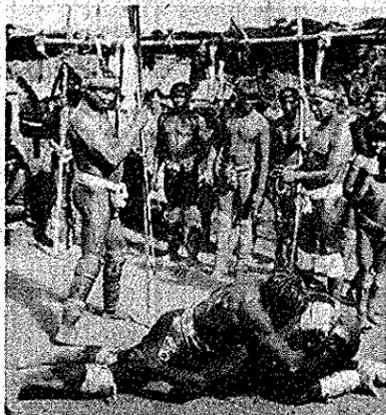
O próprio general Ismarth de Oliveira está sendo cogitado para permanência no cargo. Apoiado por diversos antropólogos e indigenistas, Ismarth é o candidato também dos índios xavantes, que o convidaram para passar o dia de hoje na reserva de Kuluene, onde dançarão "o ritual da onça pintada" e pretendem, a seguir, segundo um cacique xavante, dirigir um pedido ao general para que esse não deixe a Funai, "pois ele tem sido muito bom pra gente. Protege nossa terra e tira invasores das nossas reservas", diz o cacique Aniceto da colônia indígena de São Marcos, em Mato Grosso.

Mas enquanto o tema sucessão não extrapola as conversas de corredores, a questão da emancipação tem-se constituído em preocupações concretas, principalmente por parte de um grupo de antropólogos que já fez circular pela imprensa um manifesto de repúdio à idéia, antes mesmo de estar pronta a minuta do projeto a ser apresentado a qualquer momento ao presidente Geisel.

O grande problema se prende a quem emancipar. Grupos inteiros é impossível, esse parecer já foi externado pelo próprio Ismarth e no caso de indivíduos, quem será ou serão os escolhidos? Um Jair de Oliveira, vereador pela Arena em Aquidauana seria uma escolha acertada. Trata-se de um índio destrribalizado. Mas, e um Mário Juruna, um dos citados pelo ministro do Interior? Como emancipá-lo se, além de o próprio índio não saber sequer o que significa a palavra, ainda vive em grupo e desempenha papel importante em sua comunidade.

O fato é que a minuta está sendo elaborada e, embora o grupo encarregado de concluí-la inclua juristas da Funai, assessores do general Ismarth afirmam que o processo corre à revelia do próprio presidente do órgão, que já se manifestou publicamente, através da imprensa, contra o projeto, por entender que a medida é inoportuna no atual estágio em que se encontra a grande maioria dos grupos indígenas brasileiros. Um decreto de emancipação, no momento, colocaria à mercê de incautos e aventureiros, o índio, como potencial de trabalho e os seus únicos bens: a terra, pois, desconhecedores das artimanhas da civilização branca não teriam armas para defendê-la. Só para exemplificar, os xavantes de Areões trocaram suas melhores terras por cabeças de gado que perderam, pois não são boiadeiros. Agora, a comunidade passa fome porque a terra deixada a esses xavantes não passa de um deserto onde a cultura não se desenvolve de forma a suprir esses povos de alimentação.

Quando ao menosprezo dado pelos setores oficiais à problemática indígena, já houve quem comentasse, durante a CPI instalada no ano passado, que "o índio é uma espinha atravessada na garganta do progresso; fala-se nos índios e no seu futuro sem o menor respeito pela soberania e independência desses povos. O que importa se eles estão defasados culturalmente com a nossa civilização? O que importa se eles estão cada vez mais esmagados pelas frentes pioneiras que vasculham hectare por hectare do Centro-Oeste e Norte brasileiro? Uma declaração do sertanista Apoena Meirelles quando da atração dos Zoros,



A Funai não programou nenhum festejo para visitantes oficiais este ano.

tribo até então primitiva de Rondônia, serve como exemplo da situação dos índios — "A atração foi tranquila. Aqueles pobres índios estavam quase implorando que alguém chegasse até eles, tantas as ameaças que vinham recebendo de fazendeiros".

E não pense que os índios não têm consciência de que estão sendo espoliados, expulsos de suas terras, perdendo sua unidade cultural ou que recebam o branco em suas terras movidos pela submissão ou pelo medo. Segundo o xavante Gustavo, motorista da aldeia de Namukurá, "O branco veio e trouxe a doença, morremos muito e fomos obrigados a procurar o branco para nos curar por que se eles trouxeram o mal devem conhecer remédio que sirva, e aí foram ficando, eles nos dão remédios e ferramentas e deixamos eles aí". Gustavo faz alusão aos missionários salesianos de São Marcos, que há anos vêm cometendo um verdadeiro assassinato cultural ao obrigar os jovens — pelos velhos eles não se interessam — a serem batizados católicos, a frequentar missa todos os domingos, quando comungam, e a participar todas as noites das orações promovidas pelo superior da ordem, Padre Miguel, para aprender que devem ser submissos e humildes como foi Cristo.

A TERRA

É sem dúvida a terra o bem mais cobiçado aos povos indígenas e em nome de sua posse são cometidos verdadeiros massacres contra grupos, como foi o caso do "massacre do paralelo 11", em 1968, em Rondônia, quando quase toda uma aldeia foi assassinada por fazendeiros ou o crime mais recente de Merure, onde perderam a vida dois índios bororós e o missionário Rodolfo Lukeinbein, durante uma discussão de limites de terra estabelecidos pela Funai. Nesses dois episódios, os verdadeiros culpados permanecem impunes e os índios cada vez mais ameaçados.

A Funai estabeleceu como meta prioritária desse final de governo a demarcação de 40 reservas indígenas, embora explique que todas são prioritárias e que a escolha se prendeu às peculiaridades das áreas selecionadas entre as mais tensas como as do sul do País, ou o parque do Xingu, atualmente todo loteado pelo governo do Estado de Mato Grosso. Para tanto, os recursos decorrerão da ajuda do governo federal, através do Ministério do Interior, que vai desviar verbas de programas como o Polo Amazônia e Polo Nordeste. A Funai não especificou quais as áreas a serem demarcadas.

É a população do sul que mais sofre com os invasores. Aquela área se caracteriza por pequenas extensões de terra e grande densidade populacional, as invasões no sul datam de 30 a 40 anos atrás. São 24 reservas — cujas extensões variam entre 20 a 30 mil hectares — das quais 14 encontram-se invadidas por posseiros, arrendatários e proprietários com títulos expedidos pelo próprio governo e que somam 3 mil pessoas. A Funai por diversas vezes tentou encontrar soluções para a retirada dos intrusos das áreas indígenas, mas, o órgão oficial — Incri — alega sempre não ter recursos suficientes para o reassentamento dos posseiros e os processos de anulação de títulos correm lentos na Justiça comum, sem dúvida pelos fortes interesses econômicos que estão por trás de cada processo.

Outra área bastante invadida são as reservas do Maranhão, onde a situação dos grupos Guajajaras, Kridati e em menor grau a dos índios Canelas apresentam cerca de 4 mil intrusos. A área dos Kridati por exemplo, está cercada pela fazenda São Francisco, de atividade eminentemente pecuária. Nestes casos, os recursos utilizados pela Funai, embora sem muito sucesso, constituem-se em processos de anulação destes títulos expedidos ilegalmente, através de tramitação lenta pois que também envolvem interesses políticos como é o caso do senador José Sarney, segundo foi discutido na CPI do Sistema Fundiário no ano passado — cujas consequências

são o agravamento do clima de tensão que perdura na área.

Também a Ilha do Bananal, com seus quase 20 mil intrusos, é um exemplo da situação de diversas áreas indígenas bem como seus vizinhos, os Tapirapes que até hoje estão em demanda com as fazendas agropecuárias Tapiraguala e Codeara, que a cada demarcação diminuem em alguns hectares as terras daqueles índios confinados à margem do Rio.

Outro tipo de invasão, as chamadas espontâneas, ocorrem no Território de Rondônia, onde o fluxo migratório tem acarretado grandes problemas de terra e onde mais uma vez os índios têm sido os principais prejudicados. No Território está instalada, desde 1969, a companhia de colonização Itaporanga, dos irmãos Melhoranças, que ocuparam grande parte do território dos Paaka-Nova.

A situação das áreas indígenas do Nordeste apresenta um outro grau de complexidade, na medida que se constituem em áreas de pequenas extensões, ainda não demarcadas, cercadas de posseiros e fazendeiros, sendo que a maioria delas têm municípios encravados em seu interior. Finalmente, caracterizando os tipos de invasão que ocorrem em áreas indígenas, existe a instalação de grandes propriedades rurais e este é o caso de todo o Estado de Mato Grosso do Norte, por empresas agropecuárias que se utilizam de pedidos fraudulentos das chamadas "certidões negativas" expedidas pela Funai e que atestam a inexistência de índios na região questionada.

NOVOS BANDEIRANTES

O problema do índio, principalmente da terra poderá ser solucionado sem que seja passada em revista a política de ocupação de espaços vazios. Segundo o general Ismarth, até 1976 a Funai demarcou 4.627 km de perímetro de áreas indígenas, dispoendo dos seguintes recursos — 1972: 600 mil cruzeiros; 1973, 800 mil; 1974, 2.800 mil; 1975, 13.900; 1976, 10 mil. Para o ano de 1977, a Funai designou de sua verba a quantia de 12 mil cruzeiros para demarcações e esse ano ainda não se sabe quanto foi destinado do orçamento para esse fim.

Não adianta muito, também, culparmos o órgão oficial de política indigenista por todas as desgraças que caem sobre esses povos. A Funai é o órgão que menor parcela recebe do "bolão", quando é distribuído o orçamento da União, só antecedida pela Secretaria Especial do Meio Ambiente. Trata-se de um órgão de segundo escalão, criado para proteger uma minoria racial que no entender de alguns "só atrapalha o ritmo de desenvolvimento nacional" — segundo referiu-se por diversas vezes o ex-presidente do órgão, general Bandeira de Mello e que por ironia está encravado no Ministério do Interior que abriga também todos os órgãos desenvolvimentistas responsáveis pela aplicação dos incentivos fiscais.

"A luta pelo índio é uma luta inglória", desabafou certa feita o sertanista Orlando Villasboas. Mas não é por esse motivo que as autoridades devam fechar os olhos irresponsavelmente para o desaparecimento de inúmeras nações brasileiras. Como disse o atual presidente do Conselho Indigenista Missionário durante depoimento à CPI do Índio — "o que nos parece inconcebível é que hoje quando tão aguda é a questão do respeito aos direitos humanos; quando acusações de genocídio, prontamente desmentidas, se levantam no exterior contra as autoridades de nosso País, quando existem um estatuto do Índio e um órgão oficial encarregado de assistência às populações indígenas — que hoje esteja ressuscitando, com pleno apoio e incentivo financeiro do governo, a figura do "bandeirante" na pessoa do latifundiário ou "paulista", usurpador das terras indígenas, para cujos objetivos todos os meios são válidos".